

# **Demonstrações Financeiras**

## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovias S.A.**

31 de dezembro de 2016  
com Relatório dos Auditores Independentes

# **Transbrasiliana Concessionária de Rodovias S.A.**

## Relatório dos auditores independentes

### Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras .....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial .....	7
Demonstração do resultado .....	9
Demonstração do resultado abrangente .....	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstração do fluxo de caixa .....	12
Demonstração do valor adicionado .....	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 .....	14



Edifício Trade Tower  
Av. José de Souza Campos, 900  
1º e 3º andares - Nova Campinas  
13092-123 - Campinas - SP - Brasil  
Tel: +55 19 3322-0500  
Fax: +55 19 3322-0559  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A.**  
Lins - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### ***Continuidade Operacional***

A continuidade das atividades operacionais da Companhia depende de aportes de capital próprio e/ou de terceiros, os quais estão sendo viabilizados pela Administração da Companhia, para cumprir as obrigações assumidas, principalmente aquelas divulgadas nas Notas Explicativas nº 10 e 27.



Os planos da Administração para continuidade operacional da Companhia estão descritos na Nota Explicativa nº 1. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas Notas Explicativas, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade dos investimentos necessários para manutenção de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### ***Demonstração do Valor Adicionado***

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior***

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação datado de 05 de fevereiro de 2016.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

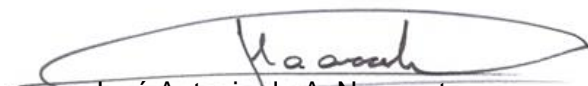
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 27 de março de 2017

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



José Antonio de A. Navarrete  
Contador CRC-1SP198698/O-4

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.003	2.596
Aplicações financeiras	5	8.318	6.929
Contas a receber	6	5.459	8.037
Impostos a recuperar		1.382	1.199
Despesas antecipadas		270	134
Outros créditos		1.462	1.297
Total do ativo circulante		<u>18.894</u>	<u>20.192</u>
Não circulante			
Contas a receber	6	3.474	-
Tributos diferidos	14.a	20.161	-
Depósitos judiciais		1.930	3.138
Imobilizado	8	4.676	4.843
Intangível	9	539.992	510.756
Total do ativo não circulante		<u>570.233</u>	<u>518.737</u>
Total do ativo		<u>589.127</u>	<u>538.929</u>

	<b>Notas</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	<b>113.379</b>	21.467
Debêntures	11	-	70.063
Fornecedores	12	<b>31.924</b>	36.299
Impostos, taxas e contribuições		<b>7.680</b>	3.980
Obrigações sociais		<b>5.163</b>	1.316
Partes relacionadas	7	<b>78.833</b>	31.838
Dividendos a pagar		<b>1.261</b>	1.261
Outras contas a pagar		<b>1.627</b>	1.286
Total do passivo circulante		<b>239.867</b>	167.510
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	<b>182.662</b>	184.412
Impostos, taxas e contribuições		<b>3.348</b>	1.578
Provisão para manutenção	13	<b>1.484</b>	10.372
Partes relacionadas	7	<b>17.106</b>	34.183
Tributos diferidos	14.a	<b>12.699</b>	1.383
Provisão para demandas judiciais	15	<b>915</b>	744
Outras contas a pagar		<b>9.862</b>	9.140
Total do passivo não circulante		<b>228.076</b>	241.812
Patrimônio líquido	16		
Capital social		<b>124.621</b>	124.621
Adiantamento para futuro aumento de capital		<b>8.929</b>	-
Reserva legal		-	265
Reserva de retenção de lucros		-	4.721
Prejuízos acumulados		<b>(12.366)</b>	-
Total do patrimônio líquido		<b>121.184</b>	129.607
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>589.127</b>	538.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)

	<b>Notas</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Receita operacional líquida	17	<b>134.696</b>	182.717
Custos dos serviços prestados	18	<b>(88.809)</b>	(131.033)
Lucro bruto		<b>45.887</b>	51.684
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	<b>(17.734)</b>	(12.981)
		<b>28.153</b>	38.703
Receita financeira		<b>936</b>	1.254
Despesa financeira		<b>(55.286)</b>	(32.997)
Resultado financeiro líquido	19	<b>(54.350)</b>	(31.743)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>(26.197)</b>	6.960
Imposto de renda e contribuição social correntes	14.b	-	(388)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.b	<b>8.845</b>	(1.263)
		<b>8.845</b>	(1.651)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<b>(17.352)</b>	5.309
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação em reais - R\$	20	<b>(0,07474)</b>	0,02287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>(17.352)</u>	<u>5.309</u>
Total de resultado abrangente do exercício	<u>(17.352)</u>	<u>5.309</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais)

	<u>Reserva de lucros</u>					
	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	124.621	-	-	938	-	125.559
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.309	5.309
Reserva legal	-	-	265	-	(265)	-
Constituição de dividendos a pagar	-	-	-	-	(1.261)	(1.261)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	3.783	(3.783)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>124.621</b>	<b>-</b>	<b>265</b>	<b>4.721</b>	<b>-</b>	<b>129.607</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	8.929	-	-	-	8.929
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(17.352)	(17.352)
Absorção de prejuízos	-	-	(265)	(4.721)	4.986	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>124.621</b>	<b>8.929</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(12.366)</b>	<b>121.184</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais)

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<b>(17.352)</b>	5.309
Ajustes para conciliar o resultado às atividades operacionais		
Amortização e depreciação	<b>18.631</b>	16.176
Reversão da provisão para manutenção	<b>(8.888)</b>	(11.882)
Provisão para demandas judiciais	<b>(171)</b>	(328)
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	<b>48.936</b>	27.478
Resultado na baixa de ativo imobilizado	<b>194</b>	70
Rendimento aplicação financeira	<b>(855)</b>	(1.164)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>(8.845)</b>	1.651
Redução (aumento) no ativo:		
Contas a receber	<b>(896)</b>	(3.023)
Despesas antecipadas	<b>(136)</b>	(54)
Impostos a recuperar	<b>(183)</b>	-
Outros créditos	<b>(165)</b>	(239)
Depósitos judiciais	<b>1.207</b>	(222)
Aumento (redução) no passivo:		
Fornecedores	<b>(4.375)</b>	12.274
Impostos, taxas e contribuições	<b>5.470</b>	1.940
Obrigações sociais	<b>3.847</b>	(18)
Partes relacionadas	<b>6.528</b>	21.303
Outras contas a pagar	<b>1.063</b>	1.094
Amortização de juros e encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	<b>(28.605)</b>	(29.521)
Caixa gerado nas atividades operacionais	<b>15.405</b>	40.844
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	<b>(3.977)</b>	(10.530)
Resgate de aplicações financeiras	<b>3.440</b>	11.013
Aquisição de imobilizado	<b>(1.411)</b>	(3.612)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	<b>84</b>	-
Adição ao intangível	<b>(46.567)</b>	(93.633)
Caixa usado nas atividades de investimentos	<b>(48.431)</b>	(96.762)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	<b>100.029</b>	29.605
Captações de mútuo com partes relacionadas	<b>26.312</b>	44.718
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	<b>(88.824)</b>	(36.634)
Amortização de mútuo com partes relacionadas	<b>(14.013)</b>	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	<b>8.929</b>	-
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	<b>32.433</b>	37.689
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<b>(593)</b>	(18.229)
Saldo inicial de caixa e equivalente	<b>2.596</b>	20.825
Saldo final de caixa e equivalente	<b>2.003</b>	2.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstração do valor adicionado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016  
(Em milhares de reais)

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Receitas	<b>143.711</b>	191.091
Arrecadação de pedágios	<b>103.408</b>	93.270
Receitas de construção - ativos da concessão	<b>37.816</b>	93.633
Outras receitas	<b>2.487</b>	4.188
Insumos adquiridos de terceiros	<b>(67.492)</b>	(111.496)
Custos serviços prestados	<b>(20.606)</b>	(23.940)
Custo de construção - ativos da concessão	<b>(37.816)</b>	(93.633)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<b>(9.070)</b>	6.077
Valor adicionado bruto	<b>76.219</b>	79.595
Retenções	<b>(18.631)</b>	(16.176)
Depreciação e amortização	<b>(18.631)</b>	(16.176)
Valor adicionado líquido	<b>57.588</b>	63.419
Valor recebido em transferência	<b>936</b>	1.254
Receitas financeiras	<b>936</b>	1.254
Valor adicionado total a distribuir	<b>58.524</b>	64.673
Distribuição do valor adicionado	<b>(58.524)</b>	(64.673)
A - Pessoal e encargos	<b>19.000</b>	13.452
Remuneração direta	<b>11.688</b>	10.068
Benefícios	<b>4.105</b>	2.716
FGTS	<b>905</b>	621
Outros	<b>2.302</b>	47
B - Impostos, taxas e contribuições	<b>4.547</b>	12.729
Federais	<b>(509)</b>	8.181
Estaduais	<b>45</b>	32
Municipais	<b>5.011</b>	4.516
C - Remuneração de capitais de terceiros	<b>52.328</b>	33.183
Juros	<b>48.270</b>	27.804
Aluguéis	<b>435</b>	613
Outras	<b>3.623</b>	4.765
D - Remunerações de capital próprio	<b>(17.352)</b>	5.309
Lucros (prejuízos) retidos	<b>(17.352)</b>	5.309

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional**

A Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rodovia Transbrasiliana (BR-153) KM 183 + 800 metros, Município de Lins - Estado de São Paulo e controlada indiretamente pela TPI - Triunfo Participações e Investimentos S/A. (“TPI” ou “Controladora”), controladora da BRVias Holding TBR S.A.

O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos, até 14 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 12 de dezembro de 2007, por meio da Resolução nº 2.479 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), homologou o resultado do Leilão de Concessão do Lote 1 à Rodovia BR-153/SP. Em 13 de fevereiro de 2008, por meio da Resolução nº 2537 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), emitiu o Ato de Outorga em favor da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e autorizou a assinatura do contrato de concessão.

Dessa forma, a Companhia se comprometeu a realizar um programa de investimentos durante os 25 anos de concessão em contrapartida da cobrança de pedágio.

Conforme resolução nº 4.973 emitida pela ANTT, de 16 de dezembro de 2015, a ANTT aprovou o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 4,30 para R\$ 7,40, sujeito à: (i) submissão do projeto executivo para obras de duplicação, com respectiva análise e não-objeção da ANTT; (ii) realização da audiência pública pela ANTT; (iii) deliberação da Diretoria Colegiada da ANTT; e (iv) comunicação prévia ao Ministério dos Transportes e ao Ministério da Fazenda à entrada em vigência da Nova Tarifa Básica. O reajuste tem como finalidade a inclusão no Programa de Exploração Rodoviária (PER) das obras de duplicação do trecho da rodovia BR-153/SP entre o km 0 e o km 72, que contempla a travessia urbana de São José do Rio Preto. Vale destacar que o total a ser duplicado é de 100 km, sendo a duplicação do km 72 ao km 100 já prevista no contrato de concessão, no qual será realizada nos próximos dois anos.

Ocorre que, em dezembro de 2016, a Concessionária e a ANTT foram intimadas a se manifestar em face do pedido cautelar formulado pela equipe da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária – SeinfraRodovia que, por meio de representação proposta junto ao TCU (Tribunal de Contas da União), pede a suspensão cautelar da inclusão de novas obras. A Concessionária já apresentou todos os esclarecimentos necessários e suficientes ao TCU, sendo que a ANTT, através do ofício nº 043/2017/DG/ANTT, decidiu não incluir as obras no contrato de concessão até que haja conclusão definitiva da questão pelo TCU, que se encontra

## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional--Continuação**

analisando os pareceres e documentos apresentados pela Concessionária para então deliberar sobre o pedido cautelar apresentado pela SeinfraRodovias.

#### Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 220.973 (R\$147.318 em 2015), sendo que deste montante, R\$78.833 (R\$31.838 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a partes relacionadas e apresentou prejuízo de R\$17.352 (lucro de R\$5.309 em 2015) no exercício findo naquela data. Esses fatores geram dúvidas sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Em adição ao pleito de reajuste de Tarifa Básica de Pedágio mencionado anteriormente, a Administração da Companhia em conjunto com sua controladora (TPI), desenvolveram um plano de recuperação da Companhia e outras empresas do grupo econômico controlado pela TPI. Esse plano de recuperação inclui:

- a) Alienação de participação acionária da TPI em investidas, para a viabilização de aportes de capital a serem realizados na Companhia;
- b) Aumento de receita assessoria com novos projetos em área de concessão. Desde o início da gestão pela TPI, a Companhia vem passando por reestruturações e otimizações de processos de forma a incrementar sua geração de caixa, e outras medidas vem sendo tomadas no sentido de alavancar o faturamento.
- c) Parcelamento de tributos em prazos, e
- d) Renegociação com fornecedores e instituições financeiras (nota 10), com o objetivo de redução de custos e alongamento da dívidas.

A continuidade operacional da Companhia depende do êxito nas ações mencionadas acima.

### **2. Políticas contábeis**

#### **2.1. Base de preparação e declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a

## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- Continuação**

#### **2.1. Base de preparação e declaração de conformidade -- Continuação**

essas estimativas e premissas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível; provisão para manutenção dos ativos de concessão; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, assim como as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme Instrução CVM nº 475/08.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia.

As informações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 27 de março de 2017.

#### **2.2. Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios



## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- Continuação**

#### **2.2. Reconhecimento de receita -- Continuação**

específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

##### *Receita de pedágio*

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

##### *Receita de construção*

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

##### *Receitas acessórias*

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia.

##### *Receita de juros*

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

#### **2.3. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

##### *(i) Ativos financeiros*

##### Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor

## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- Continuação**

#### **2.3. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- Continuação**

justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

##### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- Empréstimos e contas a receber;
- Investimentos mantidos até o vencimento;
- Investimentos financeiros disponíveis para venda.

##### Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- Continuação**

#### **2.3. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- Continuação**

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

##### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

##### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período.

##### Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia

## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- Continuação**

#### **2.3. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- Continuação**

transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que a Companhia amortizasse, dos dois o menor.

##### *(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

##### *Ativos financeiros ao custo amortizado*

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao

## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- Continuação**

#### **2.3. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- Continuação**

##### *(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros -- Continuação*

valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas e ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

##### *Instrumentos financeiros disponíveis para venda*

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

A determinação do que é “significativo” ou “prolongado” exige julgamento. Ao fazer esse julgamento, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração ou extensão na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração do resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento e dívida aumentar e esse aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por

## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- Continuação**

#### **2.3. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- Continuação**

##### *(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros -- Continuação*

redução ao valor recuperável da demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado.

##### *(iii) Passivos financeiros*

###### Reconhecimento inicial e mensuração

São classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

###### Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 – Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- Continuação**

#### **2.3. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- Continuação**

*(iii) Passivos financeiros -- Continuação*

##### Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos.

##### Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

*(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **2.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- Continuação**

#### **2.5. Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.



## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- Continuação**

#### **2.5. Intangível -- Continuação**

O critério definido para amortização é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

#### **2.6. Tributação**

##### *Imposto de renda e contribuição social correntes*

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

##### *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável

## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- Continuação**

#### **2.6. Tributação -- Continuação**

##### *Imposto de renda e contribuição social diferidos – Continuação*

que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Políticas contábeis -- Continuação

### 2.6. Tributação -- Continuação

#### *Impostos sobre vendas*

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS – Contribuição para Seguridade Social – Cumulativa	3,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social – Não Cumulativa	7,60%
PIS – Programa de Integração Social - Cumulativa	0,65%
PIS – Programa de Integração Social - Não Cumulativa	1,65%
ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3,00% à 5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

### 2.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O

## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- Continuação**

#### **2.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros -- Continuação**

valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

#### **2.8. Provisões**

##### Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

##### Provisão para manutenção dos ativos de concessão

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

##### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos de naturezas tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar

## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- Continuação**

#### **2.8. Provisões -- Continuação**

##### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas -- Continuação

a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

#### **2.10. Arrendamentos mercantis**

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se esse ativo (ou esses ativos) não estiver(em) explícito(s) no contrato.

##### Companhia como arrendatário

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis -- Continuação**

#### **2.10. Arrendamentos mercantis**

##### Companhia como arrendatário -- Continuação

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

#### **2.11. Custo de empréstimos**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

#### **2.12. Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas**

Listamos, a seguir, os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar tais normas quando estas entrarem em vigor.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Norma</b>	<b>Principais pontos introduzidos pela Norma</b>	<b>Impactos da adoção</b>
CPC 38 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros	<p>A IFRS 9 tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada.</p> <p>Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.</p>	<p>A Companhia está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. A Companhia atualmente não utiliza contabilidade de <i>hedge</i>.</p>
CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes	<p>A IFRS 15 estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.</p> <p>A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada.</p>	<p>A Companhia está atualmente avaliando o impacto do CPC 47 e planeja adotar uma nova norma sobre a efetiva data de entrada em vigor.</p>

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Norma</b>	<b>Principais pontos introduzidos pela Norma</b>	<b>Impactos da adoção</b>
IFRS 16 - Operações de Arrendamento mercantil	<p>A IFRS 16, emitida em janeiro de 2016, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.</p> <p>Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso).</p> <p>A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.</p> <p>A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019.</p>	<p>A Companhia está atualmente avaliando o impacto do CPC 47 e planeja adotar uma nova norma sobre a efetiva data de entrada em vigor.</p>

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros

#### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo



## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação**

#### Estimativas e premissas -- Continuação

exercício financeiro, são discutidas a seguir.

#### *Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Companhia em 31 de dezembro de 2016, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição de provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento.

#### *Impostos Diferidos*

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 56.898 (2015: R\$ 24.024). Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não

## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --**

#### **Continuação**

##### Estimativas e premissas -- Continuação

##### *Impostos Diferidos - Continuação*

prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do Grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide nota 14.

##### *Valor Justo de Instrumentos Financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

##### *Provisões para demandas judiciais*

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

##### *Provisão para manutenção*

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A manutenção da rodovia compreende o conjunto de intervenções físicas programadas que a Concessionária deverá realizar com o objetivo de recompor e aprimorar as características técnicas e operacionais das estruturas físicas da concessão dentro de padrões estabelecidos,

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --

#### Continuação

#### Estimativas e premissas -- Continuação

#### *Provisão para manutenção - Continuação*

ou, ainda, prevenir que sejam alcançados níveis indesejados. De modo geral, a manutenção inicia-se após a fase de recuperação da rodovia e desenvolve-se até o final da concessão.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Esta etapa somente se inicia após a conclusão e o aceite da ANTT das obras que compõe a fase de Recuperação da Rodovia.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Caixa	<b>120</b>	120
Bancos conta movimento	<b>1.883</b>	2.476
	<b>2.003</b>	2.596

### 5. Aplicações financeiras

Aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco do Brasil, com liquidez diária, sendo remunerada pela variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES, vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 10 - Empréstimos.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Contas a receber

Descrição	2016	2015
Arrecadação de pedágio	5.621	5.402
Receitas acessórias	3.672	2.635
<b>Total</b>	<b>8.933</b>	<b>8.037</b>
Classificados como:		
Circulante	5.459	8.037
Não circulante (i)	3.474	-
	<b>8.933</b>	<b>8.037</b>

(i) A Companhia possui contas a receber referente a receitas acessórias oriundas da cessão do direito de uso de infraestrutura passiva da rodovia a terceiro para a prestação de serviço de telecomunicação por meio de rede de fibra óptica. A Companhia ajuizou ação de execução de título extrajudicial contra a parte devedora e está em negociação do recebimento dos valores.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

Aging	31/12/2016
A vencer	5.535
Vencidos de 181 a 360 dias	793
Acima de 361 dias	2.605
	<b>8.933</b>

A Companhia entende que não há necessidade de provisão para perdas das contas a receber para os itens vencidos, sendo que as mesmas se encontram em negociação junto ao cliente com alta expectativa de recebimento.

### 7. Partes relacionadas

A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com os termos acordados entre as partes.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com outras sociedades que estão sob controle comum de seus acionistas, conforme demonstramos a seguir:

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Partes relacionadas -- Continuação

	Nota	Saldo em aberto em		Compras em	
		2016	2015	2016	2015
<b>Passivo</b>					
Mútuo					
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	(i)	<b>73.223</b>	49.833	-	-
Prestação de serviços					
Maestra Navegação e Logística S.A.	(ii)	<b>18.732</b>	16.188	<b>6.039</b>	24.155
Construtora Triunfo S.A.	(iii)	<b>3.984</b>	-	<b>6.274</b>	1.366
		<b>95.939</b>	66.021	<b>12.313</b>	25.521
		<b>2016</b>	<b>2015</b>		
Circulante		<b>78.833</b>	31.838		
Não circulante		<b>17.106</b>	34.183		
		<b>95.939</b>	66.021		

- (i) Trata-se do contrato de mútuo firmado entre as partes relacionadas, os quais são remunerados a 102% CDI, com parcelas de para março, abril e junho de 2016 vencidas, e parcelas de julho, agosto, setembro, novembro e dezembro de 2017, no montante de R\$66.854 em adição e valores pagos pela Triunfo Participações e Investimentos S.A e que serão reembolsados pela Transbrasiliana no valor de R\$6.369, totalizando R\$73.223 em aberto;
- (ii) Trata-se do contrato de prestação de serviço entre as partes relacionadas, referente à elaboração de Projetos Executivos de Engenharia;
- (iii) Trata-se de execução dos serviços de fresagem e recuperação emergencial do pavimento.

### 8. Imobilizado

#### a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	31/12/2016			31/12/2015
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Computadores e periféricos	20	<b>2.289</b>	<b>(1.777)</b>	<b>512</b>	673
Máquinas e equipamentos	10	<b>1.475</b>	<b>(322)</b>	<b>1.153</b>	806
Móveis e utensílios	10	<b>836</b>	<b>(402)</b>	<b>434</b>	416
Veículos	5	<b>5.265</b>	<b>(3.373)</b>	<b>1.892</b>	2.286
Outros	10 a 20	<b>741</b>	<b>(56)</b>	<b>685</b>	662
		<b>10.606</b>	<b>(5.930)</b>	<b>4.676</b>	4.843

Refere-se a bens não vinculados ao contrato de concessão, de propriedade, portanto, da Companhia.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Imobilizado -- Continuação

#### b) Movimentação

	31/12/2015	2016			31/12/2016
		Adições	Baixas	Transferências	
<b>Custo</b>					
Computadores e periféricos	2.267	107	(32)	(53)	2.289
Máquinas e equipamentos	996	524	(27)	(18)	1.475
Móveis e utensílios	738	115	(2)	(15)	836
Veículos	4.839	532	(115)	9	5.265
Outros	697	133	(87)	(2)	741
	9.537	1.411	(263)	(79)	10.606
<b>Depreciação</b>					
Computadores e periféricos	(1.594)	(172)	-	(11)	(1.777)
Máquinas e equipamentos	(190)	(132)	-	-	(322)
Móveis e utensílios	(322)	(80)	-	-	(402)
Veículos	(2.553)	(2.059)	5	1.234	(3.373)
Outros	(35)	(32)	-	11	(56)
	(4.694)	(2.475)	5	1.234	(5.930)
Líquido	4.843	(1.064)	(258)	1.155	4.676
	31/12/2014	2015			31/12/2015
		Adições	Baixas	Transferências	
<b>Custo</b>					
Computadores e periféricos	1.711	599	-	(43)	2.267
Máquinas e equipamentos	544	407	-	45	996
Móveis e utensílios	540	193	-	5	738
Veículos	-	1.775	(143)	3.207	4.839
Outros	61	638	-	(2)	697
	2.856	3.612	(143)	3.212	9.537
<b>Depreciação</b>					
Computadores e periféricos	(1.503)	(134)	-	43	(1.594)
Máquinas e equipamentos	(188)	(81)	-	79	(190)
Móveis e utensílios	(333)	(69)	-	80	(322)
Veículos	-	(535)	73	(2.091)	(2.553)
Outros	(43)	(22)	-	30	(35)
	(2.067)	(841)	73	(1.859)	(4.694)
Líquido	789	2.771	(70)	1.353	4.843

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Intangível

#### a) Composição

	Taxa média de amortização (% a.a.)	31/12/2016			31/12/2015
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Recuperação da rodovia (iii)	4,7%	468.783	(62.925)	405.858	392.565
Operação da Rodovia (i)/ melhoramentos (ii)	4.7%	69.910	(11.380)	58.530	60.720
Intangível em andamento	-	75.604	-	75.604	57.471
		<b>614.297</b>	<b>(74.305)</b>	<b>539.992</b>	<b>510.756</b>

(i) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER), por exemplo, implantação dos sistemas operacionais e pela capitalização, em 2015, ao intangível dos serviços de terceiros contratados pela TPI - Triunfo e posteriormente faturados à Companhia referentes à assessoria financeira (modelagem financeira da concessão), consultorias técnicas e análise de engenharia da pavimentação de todo o trecho da concessão no montante de R\$6.165. Gastos estes que foram essenciais para a Administração da Companhia dar sequência à operação e à programação do cronograma de investimentos em CAPEX para o prazo total da concessão.

(ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER) e pelos juros capitalizados.

(iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.

#### b) Movimentação

	2016				31/12/2016
	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	
<b>Custo</b>					
Recuperação da rodovia	446.793	1.915	-	20.075	468.783
Operação da Rodovia/melhoramentos	63.409	1.686	(22)	4.837	69.910
Intangível em andamento	57.471	42.966	-	(24.833)	75.604
	<b>567.673</b>	<b>46.567</b>	<b>(22)</b>	<b>79</b>	<b>614.297</b>
<b>Amortização</b>					
Recuperação da rodovia	(54.228)	(13.337)	2	4.638	(62.925)
Operação da Rodovia/melhoramentos	(2.689)	(2.819)	-	(5.872)	(11.380)
Intangível em andamento	-	-	-	-	-
	<b>(56.917)</b>	<b>(16.156)</b>	<b>2</b>	<b>(1.234)</b>	<b>(74.305)</b>
<b>Líquido</b>	<b>510.756</b>	<b>30.411</b>	<b>(20)</b>	<b>(1.155)</b>	<b>539.992</b>

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Intangível--Continuação

#### b) Movimentação

	31/12/2014	2015			31/12/2015
		Adições	Baixas	Transferências	
<b>Custo</b>					
Recuperação da rodovia	424.488	18.606	-	3.699	446.793
Operação da					
Rodovia/melhoramentos	52.764	8.386	-	2.259	63.409
Intangível em andamento	-	66.641	-	(9.170)	57.471
	<u>477.252</u>	<u>93.633</u>	<u>-</u>	<u>(3.212)</u>	<u>567.673</u>
<b>Amortização</b>					
Recuperação da rodovia	(40.739)	(13.489)	-	-	(54.228)
Operação da					
Rodovia/melhoramentos	(2.702)	(1.846)	-	1.859	(2.689)
Intangível em andamento	-	-	-	-	-
	<u>(43.441)</u>	<u>(15.335)</u>	<u>-</u>	<u>1.859</u>	<u>(56.917)</u>
<b>Líquido</b>	<u>433.811</u>	<u>78.298</u>	<u>-</u>	<u>(1.353)</u>	<u>510.756</u>

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, dessa forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada "Custos dos serviços prestados", nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados.

#### *Custo de empréstimos e financiamentos capitalizados*

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia capitalizou custos de empréstimo diretamente relacionados com a construção das obras em infraestrutura no montante de R\$ 8.174 (R\$ 2.918 em dezembro de 2015). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo elegíveis de capitalização foi de 14,10% a.a., que representa a taxa efetiva de juros dos empréstimos no período.



## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Empréstimos e financiamentos

<b>Tipo de operação</b>	<b>Taxa de juros (% a.a.)</b>	<b>Indexador</b>	<b>Vencimento</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Finem - BNDES (i)	2,91%	TJLP	2028	<b>186.269</b>	199.053
Finame - BNDES (ii)	1,90% a 4,50%	TJLP	2016	-	832
Finame - BNDES	2,50%	TJLP	2017	<b>6</b>	39
Leasing	16,77%	-	2015 - 2019	<b>1.711</b>	1.006
CCB (iii)	5,8%	CDI	2019	<b>25.167</b>	4.949
CCB (IV)	7%	CDI	2017	<b>82.888</b>	-
Total				<b>296.041</b>	205.879
Circulante				<b>113.379</b>	21.467
Não circulante				<b>182.662</b>	184.412

(i) Em 14 de maio de 2010, a Companhia firmou em conjunto com o BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$272.231. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,91% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

(ii) Em 27 de dezembro de 2012, a Companhia firmou em conjunto com o BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$2.992. Sobre o principal da dívida incidem juros de 1,90% a 4,50% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade FINAME para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens

(iii) Em 28 de janeiro de 2016, a Companhia firmou em conjunto com a ABC contrato de capital de giro no valor total de R\$24.998. Sobre o principal da dívida incidem juros cdi + 5,8% a.a., com exigibilidade trimestral e com vencimento final em 28 de janeiro de 2019.

(iv) Em 30 de junho de 2016, a Companhia firmou em conjunto com o BTG Pactual contrato de Cédula de Crédito Bancário ("CCB") no valor total de R\$ 75.031. Sobre o principal da dívida incidem juros de 7% a.a. mais CDI, com vencimento final em 15 de fevereiro de 2017. Os recursos provenientes do contrato de CCB foram utilizados para quitação das Debentures, vide nota explicativa nº 11 Debentures. Até o momento da publicação desta Demonstração Financeira a companhia encontra-se em negociação com o BTG Pactual para renovação do CCB vencido em 15 de fevereiro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía R\$ 30.595 de linha de crédito aprovada junto ao BNDES a liberar. A liberação ocorre mediante a comprovação dos investimentos previstos no cronograma de desembolsos apresentado ao BNDES.

#### Garantias

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios no valor de R\$ 8.318 (Nota Explicativa nº 5);
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do contrato de concessão;

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- Caução da totalidade das ações emitidas pela Concessionária.

Os principais covenants e cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES são as seguintes:

- Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, cujo valor supere o mínimo previsto em lei, quando a relação entre o patrimônio líquido/passivo total for inferior a 30% ou o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) for inferior a 1,3, até a completa realização do projeto financiado. Esses covenants financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as informações do exercício findos em 31 de dezembro de 2016, caso houvesse distribuição de dividendos. Devido ao resultado apurado e a inexistência de distribuição de dividendos, considera-se que a cláusula restritiva foi atendida;
- Não contratar empréstimos e financiamentos, sem anuência do BNDES, cujo valor acumulado represente mais de 15% da receita bruta, excluindo do cômputo financiamentos cuja finalidade seja a aquisição de equipamentos para a operação da Companhia;
- Manter em conta reserva o equivalente a três vezes o valor da última prestação mensal vencida do serviço da dívida.

Os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2016, possuem taxa média ponderada de 14,10% a.a.

Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Vencimento</u>	<u>R\$</u>
2018	28.782
2019	23.496
2020	22.399
2021	25.259
2022 - 2028	82.726
	<u>182.662</u>

### 11. Debêntures

A Companhia realizou a sétima emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor total de R\$ 68.000 durante o exercício de 2014.

As referidas debêntures eram atualizadas a 102% dos Depósitos Interfinanceiros (DI) de um dia, e foram liquidadas em junho de 2016 pela Companhia com recursos optidos ao BTG

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Debêntures-Continuação

Pactual, divulgados na Nota Explicativa nº 10.

### 12. Fornecedores

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores diversos	<b>18.399</b>	21.918
Retenções (i)	<b>13.525</b>	14.381
	<b>31.924</b>	36.299

- (i) A Companhia adota como procedimento realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Esses percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

### 13. Provisão para manutenção

A movimentação da provisão de manutenção durante o período é como segue:

<u>Resumo da movimentação</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo inicial	<b>10.372</b>	22.254
Adições	<b>7.405</b>	5.919
Reversões (i)	<b>(16.293)</b>	(17.801)
<b>Saldo final</b>	<b>1.484</b>	10.372

(i) Em dezembro de 2016 a Companhia foi notificada pela ANTT informando que a fase de recuperação das rodovias referente aos trechos do km 0 ao km 51,5, km 54,3 ao km 230,2 e km 250 ao km 347,7 não foi aceita pelo poder concedente como concluída, devido às mesmas não atenderem aos padrões estabelecidos pelo PER (Programa de Exploração Rodoviária) e portanto, novos investimentos de recuperação inicial devem ser realizados para recompor e aprimorar as características técnicas e operacionais das estruturas físicas da concessão dentro dos padrões estabelecidos. Deste modo, a Companhia fez uma nova estimativa da provisão de manutenção, retirando os trechos considerados como não concluídos pela ANTT do escopo da provisão, ocasionando uma reversão no montante de R\$ 16.293.

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Período</u>	<u>R\$</u>
2019	584
2020	610
2021	290
	<b>1.484</b>

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia tem reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente às despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, líquido dos saldos de prejuízos fiscais e base negativa, conforme demonstrado:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	<b>19.345</b>	8.168
Provisões	<b>816</b>	3.780
	<b>20.161</b>	11.948
Passivo		
Intangíveis - efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	<b>(12.246)</b>	(13.073)
Outros	<b>(453)</b>	(258)
	<b>(12.699)</b>	(13.331)
	<b>7.462</b>	(1.383)

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$56.898. A expectativa de utilização desses saldos por parte da Companhia encontra-se abaixo demonstrada:

<u>Ano</u>	<u>R\$</u>
2017	4.836
2018	6.771
2019	6.384
2020	1.354
Total	<b>19.345</b>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

#### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Descrição	2016	2015
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(26.197)</b>	6.960
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto à alíquota nominal	<b>8.907</b>	(2.366)
(+) Adições permanentes	<b>(69)</b>	(73)
(+) Outros	<b>7</b>	788
	<b>8.845</b>	(1.651)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(388)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>8.845</b>	(1.263)
<b>(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>8.845</b>	(1.651)
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>34%</b>	24%

#### c) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2014	13.866	(13.987)	(121)
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	(3.788)	656	(3.132)
Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado no período	1.870	-	1.870
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.948	(13.331)	1.383
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	<b>(2.964)</b>	<b>632</b>	<b>(2.332)</b>
Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do período	11.177	-	11.177
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<b>20.161</b>	<b>(12.699)</b>	<b>7.462</b>

### 15. Provisão para demandas judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Provisão para demandas judiciais -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2016, está provisionado o montante de R\$ 915 (R\$744 em 31 de dezembro de 2015), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	321	423	744
Adições	773	179	952
Reversões	(498)	(283)	(781)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>596</b>	<b>319</b>	<b>915</b>

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda é possível, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, essas ações totalizam R\$ 18.263 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 14.380 em 2015).

	2016		2015	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	93	13.719	66	5.604
Trabalhistas	77	4.544	78	8.776
Total	170	18.263	144	14.380

A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade civil com o valor máximo de indenização de R\$10.000 (Nota Explicativa nº 22).

### 16. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o capital social da Companhia era de R\$ 124.621, totalmente integralizado, representado por 232.157.107 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pertencentes à BRVias Holding TBR S.A.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 210.000.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o acionista controlador da Companhia constituiu um adiantamento em dinheiro à Companhia a título de futuro aumento de capital no montante de R\$8.929, com previsão se ser convertido em capital social no início do próximo exercício.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Receita operacional líquida

A seguir a composição da receita operacional líquida:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Receita de pedágios	<b>103.408</b>	93.270
Receitas acessórias	<b>2.487</b>	4.083
Receita de construção - ativos da concessão	<b>37.816</b>	93.633
Tributos incidentes	<b>(9.015)</b>	(8.269)
	<b>134.696</b>	182.717

### 18. Gastos por natureza

A seguir a composição das despesas por natureza:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<i>Custo operacional</i>		
Custo de contrato concessão	<b>4.641</b>	4.055
Provisão (reversão) de manutenção	<b>(5.017)</b>	(14.535)
Custo de construção	<b>37.816</b>	93.633
Depreciação e amortização	<b>18.463</b>	16.176
Serviços de terceiros	<b>11.648</b>	17.370
Custo com pessoal	<b>13.396</b>	9.377
Outros	<b>7.862</b>	4.957
	<b>88.809</b>	131.033
<i>Despesas administrativas</i>		
Custo com pessoal	<b>8.686</b>	6.425
Serviços de terceiros	<b>4.487</b>	3.708
Depreciação e amortização	<b>168</b>	-
Material, equipamentos e veículos	<b>1.298</b>	959
Outros	<b>3.095</b>	1.889
	<b>17.734</b>	12.981

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 foram:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	855	1.164
Outros	81	90
<b>Total receitas financeiras</b>	<u>936</u>	<u>1.254</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(48.269)	(27.794)
Outras	(7.017)	(5.203)
<b>Total despesas financeiras</b>	<u>(55.286)</u>	<u>(32.997)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(54.350)</u>	<u>(31.743)</u>

### 20. Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis nesse período.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

#### Memória de cálculo do resultado por ação

<u>Exercício findo em</u>	<u>Resultado do</u> <u>Execício</u>	<u>Quantidade</u> <u>ponderada de ações</u>	<u>Resultado por ação básico e</u> <u>diluído - R\$ - expresso em</u> <u>reais</u>
31/12/2015	5.309	232.157.107	0,02287
<b>31/12/2016</b>	<b>(17.352)</b>	<b>232.157.107</b>	<b>(0,07474)</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidoras que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária.



## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **21. Instrumentos financeiros**

#### a) Classificação contábil e valores justos

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros equivalem aos seus respectivos valores contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

#### b) Mensuração do valor justo

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, e seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2016.

#### c) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

#### i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

#### ii) *Risco de liquidez*

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Instrumentos financeiros--Continuação

#### c) Gerenciamento dos riscos financeiros -- Continuação

##### ii) *Risco de liquidez -- Continuação*

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

##### iii) *Cronograma de amortização da dívida*

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

	<b>Menos de 3 meses</b>	<b>De 04 a 12 meses</b>	<b>Mais de 12 Meses</b>	<b>Total</b>
Empréstimos e financiamentos	97.763	34.146	262.037	<b>393.946</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	8.536	25.203	17	<b>33.756</b>
Total	<b>106.299</b>	<b>59.349</b>	<b>262.054</b>	<b>427.702</b>

##### iv) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2016 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente, não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia também não tem ações negociadas em mercado.

##### Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Instrumentos financeiros--Continuação

#### c) Gerenciamento dos riscos financeiros -- Continuação

#### iv) Risco de mercado – Continuação

#### Risco de taxa de juros -- Continuação

Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

#### Perfil

Na data das informações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia era:

	Valor contábil		
	2016	2015	
<b>Instrumentos de taxa pré-fixada</b>			
Empréstimos e financiamentos	1.711	1.045	
	<b>Risco</b>	<b>Valor contábil</b>	
		<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Instrumentos de taxa variável</b>			
Empréstimos e financiamentos	CDI	108.055	4.949
Empréstimos e financiamentos	TJLP	186.275	199.885
Debêntures	CDI	-	70.063

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

#### Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **21. Instrumentos financeiros--Continuação**

#### c) Gerenciamento dos riscos financeiros – Continuação

##### iv) *Risco de Mercado -- Continuação*

##### Análise de sensibilidade -- Continuação

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a essa variável são apresentadas a seguir:

##### i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros CDI e TJLP.

##### ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I), adotamos a taxa de juros CDI e TJLP de acordo com as informações obtidas na CETIP e BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em 31 de dezembro de 2016.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI e TJLP, foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

##### iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa do CDI e TJLP é apresentada a seguir:

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Instrumentos financeiros--Continuação

#### c) Gerenciamento dos riscos financeiros -- Continuação

##### iv) *Risco de Mercado – Continuação*

##### Análise de sensibilidade -- Continuação

##### iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros--Continuação

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/12/2016	Risco	Taxa de juros efetiva	Cenários					
				Provável (I)		Aumento do índice em 25% (II)		Aumento do índice em 50% (III)	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Empréstimos e financiamentos	108.055	Aumento CDI	14	14	15.128	17,5	18.910	21	22.692
Empréstimos e financiamentos	186.275	Aumento TJLP	7,5	7,5	13.971	9,38	17.473	11,25	20.956

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, pois entende que o risco atrelado a essas aplicações não são materiais nas informações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

##### v) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **21. Instrumentos financeiros--Continuação**

c) Gerenciamento dos riscos financeiros -- Continuação

v) Risco de crédito -- Continuação

#### Análise de sensibilidade

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

#### Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

### **22. Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

## **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **22. Cobertura de seguros--Continuação**

Em 31 de dezembro de 2016, estavam contratados os seguros demonstrados a seguir, tendo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) como favorecida:

<b>Modalidade</b>	<b>Vigência</b>	<b>Cobertura - R\$</b>
Responsabilidade civil	Abril/2016 a abril/2017	10.000
Engenharia	Abril/2016 a abril/2017	20.800
Operacionais	Abril/2016 a abril/2017	26.000
Garantia	Fevereiro/2016 a fevereiro/2017	58.582

Em virtude da aquisição de veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

O escopo do trabalho de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, que foi determinada pela Administração da Empresa e que a considerou suficiente para cobrir eventuais sinistros.

### **23. Benefícios a empregados**

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, vale-transporte e vale-alimentação.

Não é política da Companhia conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

Em 06 de janeiro de 2012 a Controladora firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

A Transbrasiliana aderiu ao Plano de previdência em julho de 2016, sendo que as contribuições da Companhia e dos funcionários no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$ 101 e R\$ 147, respectivamente.

## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Remuneração diretores

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Descrição	2016	2015
Salário	-	515
Pró-labore	1.746	940
Encargos sociais	579	-
Benefícios diretos e indiretos	141	-
Participação nos resultados	573	386
<b>Total</b>	<b>3.039</b>	<b>1.841</b>

### 25. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais e diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

### 26. Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da Rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da Rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 22.

A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos na Concorrência para Concessão Rodoviária Edital nº 005/07. Consideramos que a Companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.



## Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 27. Compromissos vinculados a contratos de concessão

#### Decorrente da verba de fiscalização

Refere-se à verba de fiscalização recolhida à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ao longo de todo o prazo da concessão, com o objetivo de cobrir as despesas de fiscalização da concessão. O valor do pagamento anual é de R\$3.091, dividido em 12 parcelas iguais e mensais e o valor é corrigido com base no mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio. Esses compromissos, com base nas estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2016, estão assim distribuídos:

<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>
2017	3.091
2018	3.091
2019 a 2032	40.184

Não existem verbas variáveis adicionais a serem pagas à ANTT.

#### Investimentos - PER (Programa de Exploração da Rodovia)

De acordo com o Programa Nacional de Concessão de Rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão, sendo que a previsão, em 31 de dezembro de 2016, dos gastos a serem realizados até o prazo final da concessão totaliza R\$311.994, demonstrados conforme abertura abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2017	17.015
2018	71.795
2019	8.049
2020	34.163
2021	5.900
2022 até 2032	175.072
	<u>311.994</u>

#### Termo de Acordo de Conduta (TAC)

Em 27 de outubro de 2014 a Companhia firmou Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com a ANTT, nos termos em que prevê a Resolução ANTT nº 4.071/2013, visando a conversão de penalidades aplicadas no valor de R\$ 31.597 em novas obras. A Companhia possui o prazo máximo de 4 anos, contados a partir da data de assinatura do TAC, para conclusão destas obras.

A Companhia cumpriu com as entregas previstas dos projetos executivos das obras do TAC e aguarda as respectivas aprovações para início das obras, de modo que encontra-se adimplente com o referido TAC.